

AS REVOLTAS DE 1910, NA VISÃO DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA*

LAURO NOGUEIRA FURTADO DE MENDONÇA
Capitão-de-Mar-e-Guerra (Ref^o)

SUMÁRIO

- Introdução
- O Manifesto dos Marinheiros
- O relatório do CEMA
- O aspecto disciplinar das revoltas de 1910

INTRODUÇÃO

As lamentáveis ocorrências que sacudiram a Armada brasileira, nos derradeiros meses do ano de 1910, são do conhecimento de todos os presentes, em especial, depois da obra em que o assunto foi tratado pelo Almirante Hélio Leôncio Martins.

Aventuro-me, porém, a retornar a este palpitante assunto, e isto porque as con-

tingências do passar dos tempos, sempre fortuitas, trouxeram-me às mãos documentação mantida, até este momento, ao abrigo da exegese tão ao gosto dos cultores da Historiografia.

Eis que, o acaso fez que a elas chegasse, nada mais nada menos que um exemplar, impresso no ano de 1912, pela Papelaria Mendes, sita à Rua do Ouvidor, número 60, de um documento, até então nunca citado em obra alguma que trata desses even-

* N.R.: Texto adaptado da palestra proferida do V Simpósio da História Naval Ibero-Americana em 1999 no Rio de Janeiro (Ihã Fiscal).

tos, intitulado *Relatório* apresentado ao Ministro da Marinha pelo Contra-Almirante Raymundo de Mello Furtado de Mendonça, Chefe do Estado-Maior da Armada, em maio de 1911.

Foi-me ele encaminhado pela viúva do Capitão-de-Mar-e-Guerra Luiz Alves de Oliveira Bello, antigo oficial de gabinete do Almirante Mendonça e dedicado amigo da família.

Que trás, porém, de novo, tal documento, após tão detalhadas e, diríamos mesmo, exaustivas pesquisas sobre o assunto?

Antes de esclarecê-lo, é necessário voltar no tempo e reter os termos do Manifesto ao Presidente da República, encaminhado pelos marinheiros revoltados, com data de 22 de novembro de 1910.

O MANIFESTO DOS MARINHEIROS

Antes mesmo de pedir a revogação do Código que estabelecia o uso da chibata e de outros castigos físicos, antes mesmo de pedir o aumento dos soldos, pedem os marinheiros que seja feito "retirar os oficiais incompetentes e indignos (sic) de servirem a nação brasileira", e isto porque, alegam no mesmo manifesto, "teem sido os causadores da Marinha Brasileira não ser grandioza".

Quão estranhas soam a nossos ouvidos tais expressões!

Seriam tão absurdas, que sequer mereceriam resposta. E, mesmo nos entendimentos posteriores, não voltam elas à baila. Melhor seria esquecê-las, como fruto da exaltação existente. Que desapareçam, pois. Não haveria razões para considerá-las.

Surpreendentemente, porém, assim não pensa o Chefe do Estado-Maior.

Tendo assumido suas funções em plena crise, a 3 de dezembro de 1910, ainda capitão-de-mar-e-guerra, graduado no posto de contra-almirante, chamado a ocupar o delicado cargo que o colocava logo abai-

xo do ministro da Marinha, preenchendo-o ao ser deixado vago pela súbita retirada do chefe efetivo e, inicialmente em situação de interinidade, o novo chefe não hesita em assumir as responsabilidades que lhe são inerentes.

Dentre elas não seria a menor a de assumir a responsabilidade de deixar consignado, por escrito, o seu "modo de ver em relação à situação criada por todos e em que cada um tem uma parcela de culpa".

E, sem mais rebuços, nem tergiversações, assim se expressa a respeito: "A indisciplina das praças foi o corolário da dos oficiais".

E esta lapidar afirmação vem precedida de análise, em que Sua Excelência expõe as origens desta calamitosa situação disciplinar, remontando desde o findar da Guerra do Paraguai, passando pela Proclamação da República, e pela Guerra Civil, até os tempos que precederam os movimentos iniciados em novembro de 1910.

A gravidade de tais fatos só pode ser bem apreendida pela leitura dos termos do relatório, pois que se trata, na verdade, de um relatório, e não de uma simples introdução, como consta no texto impresso.

Sabendo que os ânimos, à época, exaltaram-se a tal ponto que, até mesmo durante o Conselho de Guerra a que foi submetido o Comandante do Batalhão Naval, Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco José Marques da Rocha, responsável pela morte de 16 presos recolhidos às prisões da Ilha das Cobras, o promotor designado, João Pessoa, foi ameaçado de agressão e de prisão. Assim, é fácil compreender o porquê do desconhecimento em que teria sido mantido tão comprometedor documento.

O RELATÓRIO DO CEMA

Voltemos, pois, aos fatos, atendo-nos aos termos do relatório, e analisando a sua verdadeira importância:

É ele, de fato, contundente, ao afirmar: "Em sua maior parte os comandantes pouco se dedicavam ao navio; e delegavam as atribuições mais importantes aos imediatos que, por sua vez, as transferiam aos oficiais. E desse modo explica-se o abandono completo do marinheiro, desamparado a bordo e entregue exclusivamente aos marinheiros mais antigos ou aos especialistas – notadamente aos telegrafistas que estudaram na Inglaterra – que se incumbiam de guiá-lo em todas as emergências que se davam a bordo".

"Enquanto esse perigoso princípio de indisciplina se alastrava na proa dos navios, os oficiais, na praça-d'armas, entregavam-se às discussões sobre política e sobre os seus superiores, escreviam à imprensa variadas informações".

E prossegue, mais adiante, "Além disso, outras razões davam às guarnições a conivência da impunidade das faltas que cometessem; e convencidos de que a sua situação era superior à dos comandantes e oficiais do estado-maior, resolviam fazer o que parecia ser ditado por estes".

Ora, do acima exposto, pode-se concluir que, na maioria dos navios, o indispensável exemplo de comando e de autoridade, pelo menos nas fainas corriqueiras da vida naval, vinha sendo delegado pela oficialidade, aos especialistas e telegrafistas, que haviam tido a oportunidade de realizar cursos de formação e aperfeiçoamento, no exterior, quando não àqueles marinheiros mais antigos, muita vez respeitadas, principalmente, pela fama grandiosa nas rodas de capoeira, ou pela intimi-

dação dos jovens grumetes, indefesos perante seu arbítrio.

Sentiam-se, pois, esses marinheiros, e mesmo alguns cabos e sargentos, à vista da omissão de parte ponderável de seus superiores (mais preocupados com as tricas políticas do que com os afazeres da vida marinheira), em condições de exigir o adequado preenchimento dos quadros de oficiais, seus superiores hierárquicos, nos moldes que certamente haviam podido constatar, durante o longo período em que haviam estado em contacto com a Marinha de Sua Majestade, o Rei da Grã-Bretanha.

A alegada suspensão do castigo da chibata, seria, pois, apenas o estopim necessário para fazer eclodir a revolta, como havia sido a "sopa de borsch", na revolta do *Potenkim*.

A revolta, sob esta perspectiva, nada tinha de política, quanto a eventuais influências esquerdistas ou anarquistas; ou sa-

"A indisciplina das praças foi o corolário da insubordinação dos oficiais"

Raymundo de M. F. de Mendonça
CEMA – 1910

ríamos mesmo afirmar, ser ela intrinsecamente conservadora, objetivando o restabelecimento de uma situação disciplinar que viera se deteriorando, desde que, como afirma o mesmo relatório, "Os impacientes romperam com a disciplina, fazendo-a rolar nos gramados do Largo do Rocio, onde oficiais e marinheiros confabulavam sobre a causa comum. Estavam partidos os elos da disciplina".

É verdade que os sangrentos acontecimentos ocorridos a bordo do *Minas Gerais* poderiam despertar-nos outras considerações, porém, cabe aqui memorar a antiga sabedoria helênica, ao nos lembrar que "Saturno devora os seus filhos", sendo imprevisível o desenrolar das revoluções.

Sem dúvida, Batista das Neves não era um comandante omisso, nem os massacres ocorridos a bordo do encouraçado que comandava estariam previstos pela comissão organizadora do levante, o que parece indicar ausência de João Cândido, por ocasião de sua ocorrência, o que não nos cabe abordar, à vista da exiguidade de tempo.

O que é fato é que este relatório esteve desaparecido, por dezenas e dezenas de anos, só voltando a aparecer, por mero acaso. Porém, torna-se, doravante, elemento indispensável para o estudo das Revoltas de 1910, já que, passada quase uma centena de anos; "o motivo que tristes e poderosas razões mandam calar", expresso pelo Ministro da Marinha, em Relatório ao Presidente da República, também datado de maio de 1911, certamente não mais subsiste.

O ASPECTO DISCIPLINAR DAS REVOLTAS DE 1910

O relatório em pauta, ao afirmar que "a indisciplina dos marinheiros é o corolário da indisciplina dos oficiais", abre novo campo à discussão do problema disciplinar, à época dos eventos de que trata, até o momento centrado na má qualidade do pessoal que compunha os quadros de pessoal subalterno da Armada, quer pelo deficiente sistema de recrutamento, quer proveniente das Escolas de Aprendizes.

Que haveria problemas nesse campo, já o expôs o Almirante Leôncio Martins, ao consignar que as discussões entre oficiais, pela imprensa da época, constituíam "verdadeiro entrevero jornalístico..... realmente uma revolta branca dos oficiais menos graduados contra a situação vigente, da qual

os marinheiros de melhor nível tomaram conhecimento pela leitura dos jornais". Entretanto, atingir tal extremo, que fossem capazes de provocar conseqüências da ordem de gravidade dos fatos ocorridos, não o poderíamos supor, à primeira vista.

As palavras do Chefe de Estado-Maior, porém, não deixam pairar dúvidas a respeito. Podemos, mesmo, considerá-las, como sendo o motivo da inusitada expressão do Ministro da Marinha, ao dirigir-se à Presidência da República, no mesmo mês de maio de 1911, "de que tristes, mas poderosas razões mandam calar".

Cabe-nos, pois, não mais subsistindo tais razões, passada quase uma centena de anos, reportar-nos às origens de tão constrangedora situação, para o que preferimos socorrer-nos dos termos do próprio relatório, do qual podemos, ordenando-os de acordo com a necessidade de maior concisão e seqüência das idéias, registrar o seguinte: Assim, referindo-se à Guerra do Paraguai, se expressa o Almirante Mendonça:

"A terminação dessa guerra marcava o início da decadência".

"Aos progressos navais e materiais das outras Marinhãs correspondemos com o abandono completo e absoluto pela nossa".

"A descrença começou a desenvolver-se até mesmo entre aqueles que escreveram as páginas mais brilhantes da nossa história," ...", por ver que não eram atendidos os seus interesses (da Marinha) e pelo abandono em que ficou, depois da Guerra do Paraguai".

O manifesto desapareço da classe política, no que tangia às Forças Armadas, tornava-se cada vez mais acentuado, em es-

O manifesto desapareço da classe política, no que tangia às Forças Armadas, tornava-se cada vez mais acentuado

(N.R.: Refere-se a 1911)

pecial pela nomeação, para o exercício dos cargos de ministros de suas pastas, de civis, muita vez jejunos em assuntos castrenses, em especial, no que se referia à Armada do Império, dando origem à chamada Questão Militar, da qual o último episódio importante originou-se do grave incidente ocorrido com o Capitão-Tenente Leite Lobo, tão inabilmente conduzido, que resultou na queda do Gabinete Cotegipe.

Esta insólita situação haveria de conduzir ao levantamento militar chefiado pelo Marechal-de-Campo Manoel Deodoro da Fonseca, ao qual aderiram as forças de Marinha estacionadas no Largo do Rocio, abrindo-se o caminho à Proclamação da República, partindo-se, então, "os elos da disciplina", no dizer do Almirante Mendonça.

O novo regímen, em que pese o fato de ser corriqueiramente apresentado como não sangrento, à exceção dos ferimentos sofridos pelo Almirante Barão de Ladário, deu início a um longo período de profundas

comições intestinas, com insurreições em diversas províncias, guindadas, de supetão, à condição de estados semi-independentes, mercê de Constituição inspirada no exterior, sem raízes na tradição e nos costumes nacionais, ao que o governo central reagiu, com intervenções armadas, de Norte a Sul e de Leste a Oeste.

Como não podia deixar de ocorrer, chegou-se ao extremo do fechamento do Congresso, ao que a Armada respondeu, revoltando-se, o que levou à renúncia do já então Generalíssimo Deodoro da Fonseca.

Ascendia ao governo o Vice-Presidente, Marechal-de-Campo Floriano Vieira Pei-

xoto, porém, como a "Hidra de Lerna", a indisciplina renascia, cada vez mais virulenta. Agora defrontavam-se o Contra-Almirante Custódio José de Mello e o Vice-Presidente, no exercício da Presidência, como se intitulava Floriano.

A indisciplina criava sempre novas cabeças, cada vez mais virulentas, e "a Marinha, fraca pela desorganização moral e material e arrastada pelas correntes de atração que a solicitavam, ... especeu-se de tudo e os seus oficiais levantaram a bandeira da Revolução, corolário lógico de um estado de franca decomposição moral pelo desaparecimento completo da disciplina, que levou consigo a única esperança que come-

gava a despertar o interesse pelo futuro da Marinha — A Escola Naval comandada por Saldanha da Gama."

À hecatombe, que mergulharia a nação na maior e mais cruenta de suas guerras civis, cobrindo o território de todos os Estados do Sul, além das cidades do Rio de Janeiro, e de Niterói; atingindo as opera-

ções militares, todo o litoral, desde Recife, até Montevidéu, custou a vida a numerosos oficiais e civis, muitos deles fuzilados, sem processo, ou vítimas de impiedosos degoladores, nefandos profissionais a serviço das forças vencedoras, seja nos campos de batalha, seja a inofensivos e inermes prisioneiros.

Noventa dos 134 aspirantes matriculados na Escola Naval acompanharam Saldanha, ou seja, mais de dois terços dos futuros oficiais deixaram os bancos escolares e tomaram armas contra o governo constituído, na defesa de obscuros mode-

Mais de dois terços dos futuros oficiais deixaram os bancos escolares e tomaram armas contra o governo constituído na defesa de obscuros modelos políticos

los políticos. Combateram, conduziram barcos de guerra em operações. Uma dezena dentre eles encontrou a morte, dos quais dois fuzilados pelo Coronel Moreira Cesar*, e três tiveram as cabeças decepadas em Campo Osório. Abriram-se, assim, fossos indelévels, que mesmo a mais ampla anistia dificilmente apagaría.

Por fim, após a morte de Saldanha, já no governo de Prudente de Moraes, "terminada a guerra civil, conservaram-se latentes, por muito tempo, os ódios e as prevenções inerentes à situação criada pelos amigos de ontem, transformados, no dia seguinte, em inimigos irreconciliáveis".

"A situação de desconfiança durou por longos anos, em prejuízo do serviço".

Diríamos que perdurou até tempos mais recentes, pois, anistiados em 21 de outubro de 1895, os aspirantes e guardas-marinha, cuja maioria arvorada a bandeira encarnada da Revolução, vieram a constituir a maioria da oficialidade subalterna e intermediária, até a primeira década do século XX e, ascendendo na hierarquia, assumiriam mesmo a direção superior da Marinha, o que explica a "revolta branca" dos oficiais mais modernos, à época e o fato de termos conhecido os Navios-Escola *Almirante Saldanha* e *Custódio de Mello*, mas não conhecermos nenhuma

belonave batizada "Jerônimo Gonçalves", o Almirante vencedor ou "Comandante Altino Correia", que torpedeou e afundou o *Aquidabã*, em memorável feito naval, de repercussão mundial.

Podemos aqui, plagiando ao inverso Machado de Assis, afirmar: ao perdedor, as batatas, e pensar com os nossos botões: será este um vezo brasileiro, outorgar ao perdedor, as batatas?

*
* *

Tudo o que foi mostrado, teve por fim, se não justificar, apenas explicar o porquê uma oficialidade que viria a mostrar suas qualidades nas duas décadas que se seguiram, enfrentando duas campanhas navais de âmbito universal, saindo-se airoosamente de ambas as campanhas, pôde ensejar tão graves acusações.

Para concluir, ousamos afirmar que a lição da História é a de que as guarnições são o reflexo da oficialidade. Aquelas que lutaram no Paraguai eram do mesmo barro que as que se insurgiram em 1910. Os oleiros que as moldaram é que seriam diferentes. Desse barro, foi torneado um Marçílio Dias. Tem razão, pois, o Almirante Mendonça!

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<GUERRA> / Revolta da Armada /; Mendonça, Raymundo M. F. (Alte.);

* N.R.: Veja *Os Militares e a Política na República – A Guerra de Canudos na RMB do 1º trim./2001*, pág. 48.